



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 679/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1488/2010 – 08 volumes.

Apenso: Processo nº 6018/2009 - 20 Volumes.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Polícia Militar do Estado do Amazonas – PMAM.

4- Exercício: 2009.

5- Responsável: Srs. Dan Câmara, ex Comandante Geral e Raimundo Ribeiro de Oliveira Filho, Coronel e Ordenador de Despesa.

6- Unidade Técnica: DICAD/AM – Informação Conclusiva nº 11/2015 (fls. 1471/1472).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho nº 525/2015-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fl.1473)

8- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas. Polícia Militar do Estado do Amazonas – PMAM. Exercício 2009.

Contas Irregulares. Multas. Prazo. Cobrança Executiva. Recomendação à Polícia Militar do Estado.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Irregular a Prestação de Contas da Polícia Militar do Estado do Amazonas, relativa ao exercício de 2009, de responsabilidade dos Srs. Dan Câmara, ex Comandante Geral, e Raimundo Ribeiro de Oliveira Filho, Coronel e ordenador da despesa, nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I e 22, III, “b”, 25, caput, da Lei nº 2.423/96, c/c art. 11, III, “a”, “3” e art. 188, § 1º, III, “b”, da Resolução nº 04/02-TCE;

9.2- Aplicar multa no valor de **R\$ 2.192,06** (Dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos) ao Sr. **Dan Câmara**, nos termos dos art. 54, II, da Lei 2423/1996 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c art. 308, inciso I, alínea “a”, pelo não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, à diligência deste Tribunal;

9.3- Aplicar multa no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos) ao Sr. **Dan Câmara**, ex- Comandante Geral, nos termos dos art. 1º, XXVI, 52 e 54, II, da Lei 2423/1996 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c art. 308, VI da Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM), por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;

9.4- Aplicar multa no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos) ao Sr. **Raimundo Ribeiro de Oliveira Filho**, ordenador de despesas, nos termos dos art. 1º, XXVI, 52 e 54, II, da Lei 2423/1996 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c art. 308, VI da Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno do



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 679/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

TCE/AM), por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;

9.5- Fixar prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres públicos do valor da pena pecuniária imposta, com comprovação perante este Tribunal. Expirado o prazo, **autorizar** desde já a instauração de cobrança executiva, no caso de não-recolhimento do valor da condenação, nos moldes do art. 173 da Resolução n. 04/02-TCE;

9.6- Recomendar à Polícia Militar do Estado do Amazonas que cumpra com mais rigor os ditames previstos na lei 8.666/93, a fim de evitar despesas com características de fragmentação, por conseguinte, sem observância de procedimentos licitatórios e Contratos.

10- Ata: 33ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 02 de setembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral